

INICIAÇÃO À DOCÊNCIA E EDUCAÇÃO MUSICAL INCLUSIVA: um relato de experiência

Micael Carvalho dos Santos

Universidade Federal do Maranhão
micaelmusic@hotmail.com

Isabela Diniz Oliveira

Universidade Federal do Maranhão

RESUMO

O relato discute a prática de iniciação à docência em uma escola pública federal, envolvendo um aluno com deficiência visual. A partir da fundamentação teórica utilizada, discute os desafios que implicam à formação docente. Como principais autores, escolheremos Louro (2012); Soares (2010); Protásio (2013); Arendth (2001) Márcio; Pereira; Oliveira (2008) para subsidiarem as discussões apresentadas ao longo do desenvolvimento do trabalho, abordando as discussões sobre educação de um modo geral, educação musical inclusiva e formação docente no estágio inicial. A pesquisa enquadra-se na modalidade de relatório, tendo natureza aplicada, do ponto de vista da forma de abordagem do problema podemos caracterizá-la como pesquisa qualitativa. Em relação aos procedimentos técnicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica para subsidiar as discussões do relato aqui apresentado.

18

Palavras-chave: Música e Inclusão. Iniciação à Docência. Educação Musical.

1 INTRODUÇÃO

De uma maneira mais geral, a educação tem se preocupado de forma mais constante e incisiva na temática de inclusão no processo de ensino aprendizagem. Isso se dá pelo fato de surgirem novas discussões sobre a necessidade de elaborar materiais e propostas metodológicas para as pessoas com deficiência¹.

Em especial, na área de Educação Musical, temos valiosas contribuições de Viviane Louro, que aborda a temática de educação musical inclusiva. Escolhemos a autora por seus trabalhos serem de fundamental importância para os licenciandos em Música, e também Educadores Musicais, no intuito de compreenderem os inúmeros aspectos das deficiências existentes, para a partir dessa compreensão elaborar metodologias e planejar sua aula da melhor maneira possível, numa abordagem que envolva todos.

Além de Viviane Louro (2012), o desenvolvimento do trabalho dialogará com Renato Márcio; Emerson Pereira; Jussara de Oliveira (2008), cuja monografia expressa à importância da musicalização na educação especial como subsídio de para crianças com necessidades especiais. Ainda, Lisbeth Soares (2010) nos fornecerá elementos para inserção da discussão acerca do uso de materiais adaptados nas aulas de música. O livro organizado por Nilceia Protásio (2013) "Música, escola e iniciação à docência", fundamentará nossa visão sobre a formação inicial de professores de música no âmbito da educação básica. Finalizando a discussão, usamos um trecho da contribuição de Hannah Arendt (2001), intitulada "Entre o passado e o futuro" no sentido de refletirmos sobre questões ligadas à educação de uma maneira mais geral e sua relação com o mundo.

Fundamentados em Gil (1999), a nossa pesquisa tem natureza aplicada, no qual objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos. Do ponto de vista da forma de abordagem do problema podemos caracterizá-la como pesquisa qualitativa. Em relação aos procedimentos

¹ O termo atualmente utilizado para nos referirmos somente à deficiência é "pessoa com deficiência". Não se usa mais portador de deficiência nem deficiente. O termo necessidades especiais também é pouco utilizado, mas é permitido dentro da área da educação, contudo é empregado de forma ampla, para delimitar qualquer tipo de necessidade especial e não somente para referência da deficiência, (LOURO, 2012, p. 181).

técnicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica para subsidiar as discussões do relato aqui apresentado.

Estruturamos o trabalho em apenas três pontos: introdução, desenvolvimento e considerações finais. No desenvolvimento discorreremos com a fundamentação teórica sobre a temática abordada juntamente com um relato de experiência de iniciação à docência no ensino fundamental de uma escola pública federal.

O último tópico, as considerações finais, se encarregará de levantar algumas provocações a partir do relato contido neste trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO

São inúmeros os desafios que permeiam a atividade docente do Educador Musical. Quando adentramos para a discussão da inclusão dentro desse contexto, percebemos que os desafios potencializam-se. Apresentaremos nesse tópico reflexões que irão justificar tais afirmações. Iniciaremos fazendo um recorte das implicações relativas à atuação no ambiente escolar, posteriormente as decorrências da Educação Musical Inclusiva diante da perspectiva de formação docente inicial.

20

Protásio (2013) nos revela a preocupação despertada nos licenciando quando se deparam com o espaço de atuação na escola pública:

percebe-se um receio dos licenciandos em música quanto à atuação na escola pública, fato que se dá por conhecerem as dificuldades dessa realidade como: infraestrutura inadequada, grande quantitativo de alunos por sala, falta de material de apoio e subutilização da música no contexto escolar (PROTÁSIO, 2013, p. 12).

Portanto, Protásio (2013) aponta uma necessidade de formação acadêmica que atenda à essas novas exigências. Essa necessidade está relacionada ao nexo que existe hoje entre universidade (espaço de formação de professores) e a escola (espaço de atuação dos professores da educação básica). Não são poucos os trabalhos que afirmam a dissociação do elo que deveria existir da academia com a escola. Por vezes uma formação muito distante da realidade escolar, deixando a formação do licenciando a desejar, com diversas lacunas que devem ser sanadas

por ele mesmo, quando identificadas posteriormente em sua prática docente no dia-a-dia escolar.

Viviane Louro (2012) elenca alguns itens que são fundamentais para o processo de formação do educador musical: quebrar barreiras atitudinais; conhecer o aluno; trabalhar interdisciplinarmente; repensar o fazer musical; promover adaptações; definir metas e exigir seus direitos.

No primeiro item temos, segundo a autora, o desafio de vencer os obstáculos que existem por falta de conhecimento sobre a deficiência ou necessidade especial do aluno. Louro (2012, p. 181) aponta que é preciso "aceitar/compreender a deficiência e principalmente incentivar a autonomia do aluno, dentro dos seus limites, é claro".

Já no segundo item, temos o conhecimento do aluno, que constitui-se essencial no sentido de adquirir as "informações clínicas sobre a deficiência e saber o processo de ensino aprendizagem, compreendendo em que contexto familiar/social ele vive" (LOURO, 2012, p. 181).

21

Trabalhar a interdisciplinaridade é o quarto item elencado, pois "o tripé que sustenta a educação de qualidade é estabelecido pelo professor (escola), pela família e pela manutenção da saúde (terapias)" (LOURO, 2012, p. 182). Vemos nesse item, por exemplo, que o processo educacional não pode estar dissociado de outros elementos imprescindíveis para o desenvolvimento do aluno com deficiência. Importante destacar que cada profissional nesse caso, possui atribuições que não podem invadir o espaço do outro ou querer desenvolver atividade profissional que não seja da sua área de formação.

Fazer musical de forma repensada. O quinto item diz respeito à prática musical para todos, de maneira inclusiva. O termo inclusiva liga-se à discussão de que cada um faz música conforme seus limites, na medida de suas especificações relacionadas às suas necessidades. Para isso, a autora aponta que é necessário nos apropriarmos das inúmeras possibilidades dentro do universo musical.

O quinto item é a promoção de adaptações, pois as deficiências exigem muitas adequações. Dentro da Educação Musical esse espaço é vasto pois há um mundo de possibilidades de metodologias para ensinar música na escola. Nesse sentido, o planejamento de aulas deve ser pensado e repensado cuidadosamente,

preocupação na adaptações de jogos, dinâmicas, exposição de conteúdo, materiais didáticos, instrumentos musicais, dentre outros meios utilizados na sala de aula para assimilação de conteúdo e aprendizagem significativa.

Para esse planejamento, as metas são essenciais para estratégia pedagógica, como nos afirma Louro (2012). A definição de metas é o sexto item exposto por Viviane Louro, que exige três premissas: a) para quem é a aula (público/perfil do aluno, deficiência que ele tem); b) para que serve a atividade ou o conteúdo proposto (o que se pretende trabalhar com cada aluno ou com a atividade proposta); c) como fazer (metodologia, como atingir os objetivos), (LOURO, 2012). Portanto, a demarcação de metas é balisar para promoção de uma aula inclusiva.

Como último item, temos a exigência de direitos. Viviane destaca o Decreto 6.571, de 2008, que coloca a obrigação do Ministério da Educação (MEC) em realizar: implantação de salas de recursos multifuncionais; formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado; formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva; adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade e elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008). Essas obrigações atribuídas ao MEC devem ser exigidas por todo o corpo que constitui a escola para que de fato tenhamos não só uma educação musical inclusiva, mas uma educação de maneira mais geral, inclusiva.

22

Nesse trabalho, focaremos a deficiência visual. Primeiro porque a experiência relatada se dá por meio do processo de ensino e aprendizagem de música para um aluno cego do 7º ano do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão – COLUN/UFMA; segundo, focaremos nessa deficiência específica pela temática do encontro, que se volta às discussões do ensino de música para pessoas com deficiência visual.

Para Márcio; Pereira; Oliveira (2008), “quando se remete à deficiência visual há muitas questões envolvidas com ela: problemas psicomotores, dificuldade de aprendizagem, sociais, com a escrita, leitura e locomoção” (MÁRCIO; PEREIRA; OLIVEIRA, 2008, p. 44). A falta de vivência sensorio-motora significativa no tempo e espaço retarda o sistema de representação simbólica e a aquisição de conceitos de crianças com deficiências visuais (LOURO; ALONSO; ANDRADE, 2006, p. 41).

A leitura e escrita das pessoas cegas é feita por meio do sistema Braille. O método Braille é um sistema de leitura e escrita tátil, baseado na combinação de seis pontos em relevo, dispostos em duas colunas verticais e paralelas de três pontos cada uma. Esses seis pontos podem formar 64 combinações diferentes que por sua vez formam as letras, números, sinais ortográficos e sinais musicais, tais como notas, ligaduras, dinâmicas, etc. (musicografia Braille). Além disso, há programas como o DOSVOX que "leem em voz alta" o que é escrito no computador para os cegos, permitindo que esse dite para o computador o que se deseja escrever.

Partindo desses esclarecimentos iniciais, tivemos como experiências as aulas de música no 7º ano do ensino fundamental, no ano de 2014 no Colégio Universitário da UFMA, como já exposto nos parágrafos anteriores. Essa experiência proporcionou algumas preocupações e indagações sobre a prática docente. Como abordar o ensino de música na sala de aula envolvendo o aluno cego e toda a turma? Como planejar as aulas sem excluir o aluno cego ou preparar somente pensando no aluno cego e esquecer dos demais alunos da turma? Como podemos suprir as lacunas existentes na nossa formação acadêmica? Esses e outros questionamentos perfazem a inquietude em abordar a temática tão recorrente no âmbito da Educação Musical.

23

As aulas de música ocorreram dentro da disciplina de Arte, sob a regência de uma professora concursada do Colégio que há algum tempo já discute a temática, sendo inclusive sua pesquisa do Mestrado Profissional. Essa experiência fez com que repassasse aos bolsistas e estagiários a maneira como abordar, como discutir, como preparar materiais, e sugestões de metodologias para não excluir em nenhum momento o aluno com deficiência visual.

Na ocasião, percebemos que todos os estagiários e bolsistas possuem dificuldades na relação de ensino-aprendizagem nessa turma específica. Muitos se comprometeram em buscar conhecimento sobre a temática, já outros nem tanto. A preocupação se restringiu apenas ao cumprimento de carga-horária, um fato triste e lamentável diante do cenário educacional que vivemos.

Nesse contexto, alguns alunos no período do estágio em que ficaram na escola, formaram um grupo de estudo para aprender braile, e assim, aprender

musicografia braile. Essa iniciativa teve amplo apoio do Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNEE do Colégio. Vale ressaltar que o COLUN/UFMA possui uma estrutura bastante diferenciada da realidade das escolas públicas ludovicenses, maranhenses e brasileiras. O Colégio possui, além do NAPNEE, tradutor braile, apoio psicológico, sala específica de música, núcleo de assistência social, etc. Uma realidade portanto, bem diferente da que se apresenta na ampla maioria das escolas públicas brasileira.

No currículo do Curso de licenciatura em Música da UFMA não existia a disciplina de Educação Musical e Inclusão. A inserção dessa disciplina deu-se a partir da aprovação da grade curricular vigente (Estrutura Curricular 2014.1). Antes disso, não havia nenhuma matéria voltada para a temática apresentada.

Desse modo, percebemos que a prática de iniciação à docência requer um amplo conhecimento, não só relacionado à música, mas também à educação, tecnologia, etc. Claro que essa requisição não é termos um exímio domínio dos conteúdos e áreas citadas (nem temos condições pra isso), mas que minimamente, o licenciando precisa estar atento à essas discussões e como interagir no ambiente escolar utilizando das ferramentas e metodologias existentes para abarcar o pluralismo existente nas salas de aulas.

24

Hannah Arendt, em seu livro “Entre o passado e o futuro”, traz à tona a discussão relacionada ao comprometimento e responsabilidade que temos frente ao processo educacional no contexto de afeto ao mundo e amor à humanidade. Ela enfatiza que

a educação é a ponte em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele, e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma casa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum (ARENDR, 2001, p. 247).

Percebemos que Arendt (2001) preocupa-se com o papel que a educação cumpre e deve cumprir na sociedade. Ainda, ela nos chama à reflexão numa forma

de permitir que a profissão docente seja encarada como instrumento transformador, necessário para "salvar" o mundo da barbárie em que se apresenta.

Sendo assim,

cabe ao professor de música ampliar seus próprios horizontes, pois não basta saber música para ensinar música. Considerando a perspectiva da Educação Inclusiva, também cabe ao professor buscar conhecimento nesta área, entendendo que é seu papel garantir a permanência e oferecer um ensino de qualidade para todos (SOARES, 2010, p. 9).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo o exposto nos tópicos anteriores, notamos que a formação docente é contínua e que necessita de muitas discussões dentro e fora da universidade. É importante destacar que essa formação não se dá apenas na academia, a prática docente fora dos muros da universidade são etapas fundamentais para uma formação mais sólida e condizente com a realidade das necessidades educacionais.

25

O Estágio Supervisionado e o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) são etapas e experiências importantes para o licenciando, tendo em vista que entrará num contato direto com o local de trabalho, pondo em prática seus conhecimentos obtidos durante sua formação acadêmica, vivenciando as dificuldades e desafios da prática docente o que o incita buscar cada vez mais subsídios e métodos de ensino postos em equilíbrio à realidade dos alunos. O acompanhamento de supervisor docente e técnico, juntamente com a coordenação de cada segmento é fundamental para nortear os trabalhos do discente, podendo aprender mais ainda com os erros e acertos da prática docente.

Diante de todas essas discussões, temos ainda, a problemática levantada acerca da formação do educador musical inclusivo, os processos de contato do estudante de Licenciatura em Música na sala de aula, e na realidade escolar como um todo. Nas realizações de atividades práticas de estágio ou do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), muitas vezes os licenciandos sentem muitas dificuldades para ministrar aula. A preocupação vai desde a preparação das aulas,

planejamentos, materiais e recursos pedagógicos, até a forma como abordar os conteúdos na aula.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

LOURO, Viviane dos Santos; ALONSO, Luís Garcia; ANDRADE, Alex Ferreira de. **Educação musical e deficiências**: propostas pedagógicas. São José dos Campos, SP: Ed. do Autor, 2006.

LOURO, Viviane dos Santos. A formação docente musical diante da inclusão. In: JORDÃO, Gisele et al. (Org.). **A música na escola**. São Paulo: Editora Allucci& Associados Comunicações, 2012, p. 181-183.

MÁRCIO, Renato; PEREIRA, Emerson; OLIVEIRA, Jussara de. **A importância da musicalização na educação especial como subsídio de inclusão para crianças com necessidades especiais**. 2008. 63 f. Monografia (Graduação em Pedagogia – Licenciatura Plena) – Faculdades Integradas de Fernandópolis, Fundação Educacional de Fernandópolis, Fernandópolis-SP, 2008.

PROTÁSIO, Nilceia (Org.). **Música, escola e iniciação à docência**: reflexões e experiências na educação básica. Goiânia: FUNAPE, 2013.

SOARES, Lisbeth. **O uso de materiais adaptados nas aulas de música**. In: Encontro Arte para Todos. São Paulo: UNESP, 2010. CD-ROM.